

## O DISCURSO CONTINUA: muita terra pra pouco Gavião Pukobyê

KARILENE COSTA FONSECA\*<sup>12</sup>

RENAN HENRIQUE CHAVES MESSIAS\*

NIJMA DE OLIVEIRA MAHMUD\*

E é sábio que o Estado tem razões que a justiça desconhece. Dentro dessa razão, os índios foram essencialmente tratados como mão-de-obra (escrava na maior parte) e como parceiros comerciais que traziam as “drogas do sertão”. Hoje reduzidos a uns 210 mil indivíduos, sem peso significativo enquanto mão-de-obra, suas terras são o que resta a cobiçar. Tratar-se, agora de substituí-los por gado, construir barragens, explorar minérios. O índio, em suma, é hoje totalmente supérfluo; um luxo (CUNHA, 1987: 163).

Em acordo com Cunha, este artigo propõe investigar, a ampliação da Terra Indígena Governador, do povo Gavião Pukobyê, *“do tronco lingüístico macro-Jê, família Timbira, localizados no sul do Maranhão”* (BARATA, 1981), cidade de Amarante do Maranhão. Pretende ainda observar o discurso do não indígena exibido na matéria da revista *Veja*, esmiuçando na escrita o caso da ampliação do território indígena Governador: *“A convivência dos indígenas com os não indígenas não é tranqüila. A “paz” entre ambos, como estão frisando, trouxe para os indígenas Pukobyê-Gavião violência, destruição de seu território, bem como, perda de sua terra”* (CIMI, 2010).

Busca também problematizar o processo da redemarcação nas acepções do Pukobyê, visto que, as argumentações referentes a este momento tangem exclusivamente o olhar do “não indígena”. Por isso, recorre às fontes históricas, oralidade destes sujeitos, no intuito de situar esse grupo no limiar da história, uma vez que: *“A história é o privilégio que é necessário recordar para não esquecer-se a si próprio. Ela situa o povo no centro dele mesmo”* (CERTEAU, 1982, p. 16) e *“Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural”* (Idem, 2008, p. 66). Abre, portanto espaço na escrita da História para fala do “outro”, do não “dito” (HARTOG, 1999), nesse caso, do povo Pukobyê. Entende-se aqui que a pesquisa histórica tem essa missão de, “socializar as

---

\*Mestranda em História pela Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-Indígena de Imperatriz-MA- NEAI. e-mail: karileneimper@hotmail.com

\* Graduado em História. Professor substituto na UEMA – Universidade Estadual do Maranhão, departamento de História e Geografia.

\* Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Professora do programa Darcy Ribeiro- Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.

falas escrever a partir do agente histórico, ‘*metier do historiador*’” (HOBSBAWN, 1998). Por outro lado, escrever a História indígena, como disse Manuel Monteiro (1999), não é tarefa fácil. Identificar e catalogar os documentos, e investigar os processos e concepções que envolveram os povos indígenas é árduo. Visto que, os documentos que retratam estes, foram produzidos pelos dominantes e estão impregnados de ideologias (LE GOFF, 2010). Mas, o “bom historiador” deve traduzir até as entrelinhas.

O objeto foi abordado no campo da História imediata, pois os pesquisadores se inserem no processo de forma participante, enquanto militantes do Movimento Estudantil na época e defensores dos Direitos Indígenas na região. Portanto, cabe esclarecer o posicionamento desta pesquisa em defesa, não só da ampliação da Terra Indígena em questão, mas das terras e direitos dos povos autóctones.

Em primeiro momento, cabe discutir o processo histórico das invasões do território Timbira para melhor contextualizar a atual ampliação do T.I. Governador. Não obstante, é necessário apresentar aos pares, indígenas e não indígenas, a História da família Timbira<sup>3</sup>. Isto é, fundamentar os argumentos levantados na pesquisa, apontando seus desdobramentos no tempo presente, pois a ampliação da Terra Governador é uma reivindicação na contemporânea dos indígenas.

A ocupação do território Timbira começa no século XVIII:

A colonização do Maranhão se estabeleceu através de duas frentes, uma litorânea, mais antiga e a interiorana, que iniciou a ocupação da região sul do estado em meados do século XVIII. A expansão para a região sul do Maranhão, foi estimulada pela abundância de áreas de pastagens naturais, propícias para criação extensiva de gado, que se tornaram “um convite irrecusável à penetração dos currais” (CABRAL, 1992: 82) pelos grupos familiares de vaqueiros (MESSIAS, 2012: 02).

No século XIX, grande parte do território Timbira, no sul do Maranhão, estava ocupada por fazendas e vilas de colonos, impondo às “tribos” da família Timbira uma dramática baixa

---

<sup>3</sup>O território Timbira fica entre as caatingas áridas do nordeste e as florestas úmidas da Amazônia estendem-se uma região com característica do norte e nordeste. É a famosa campinas do sul no Maranhão, cercadas por rios e floresta ciliares e entremeadas de tufo de matas e de palmeiras. (RIBEIRO, D., 1922). Este era o território povoado por milhares de Timbiras, eram quinze grupos tribais da família timbira oriental e ocidental, espalhados pelas vastas áreas do cerrado. Destes grupos, resistindo apenas seis do impacto do colonizador. Os Timbira orientais, localizados a margem direita do rio Tocantins são formados pelos seguintes grupos: Parakateyê ou Gaviões do oeste no estado do Pará, Krahó no estado do Tocantins; Apaniekrá ; Rankokamekrá, Crêhchteh e Pukobyê, no estado do Maranhão. Os Timbira ocidentais estão localizados a margem esquerda do rio Tocantins, ao norte do estado do Tocantins, Apinayé. Ainda que, os Apinayé, Timbira ocidental, apresente características diferentes aos Timbira orientais, no entanto, possuem características culturais e a língua é muito próxima aos Timbira orientais, assemelhando em eixos básicos a sua estrutura social aos demais Timbira. (FONSECA *apud* RIBEIRO, 2011: p. 33).

demográfica: “eram 15 tribos da família Timbira, após o século XIX, restaram apenas 6 grupos” ( RIBEIRO, 1996). Por sua vez, os Pukobyê estavam no ambiente de ameaça, estabelecido socialmente/culturalmente no alto sertão maranhense, atualmente o município de Amarante. A ocupação direta deste território se deu através de um processo semelhante ao do resto do sertão, voltado para suprir a necessidade dos colonizadores. O nativo era o principal obstáculo dos colonos, considerado improdutivo e obstruindo a colonização, os índios, desde Pastos Bons<sup>4</sup>, vinham sendo afugentados e, alguns grupos, exterminados. A maioria dos índios que ocupavam o imenso sertão sul maranhense pertencia ao grupo Timbira. A perseguição a esses silvícolas servia para apressar o povoamento da região, pois era necessário apoderar-se dos campos marginais do rio Pindaré, até então, territórios tradicionais dos povos indígenas Timbira (CARVALHO, 2000).

No século XX, é possível contextualizar a História dos índios Pukobyê, e dos demais povos do sul maranhense às frentes de penetração estabelecidas a partir da década de 1960, com a abertura da rodovia Belém Brasília, atraindo para essa região um grande número de colonos. Portanto, as fricções entre indígenas e colonizadores no séc. XX podem, ainda, ser entendidas em dois momentos: formadas por nordestinos do sertão fugidos das secas e atraídos pelas terras de “poucos homens”, movimento contínuo de interiorização desde o séc. XIX e por maranhenses que vinham das zonas de povoação mais antiga, ao norte do Estado, estimulados pelo crescimento econômico nas proximidades da rodovia Belém-Brasília e por outros fazendeiros mais capitalizados, oriundos do sul da Bahia, Piauí, Pernambuco, e, posteriormente, do Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, conhecidos pelos sertanejos maranhenses como “Sulistas”.

O Segundo momento, fatal aos Pukobyê, ocorre com a pressão territorial exercida pelos grandes fazendeiros às pequenas propriedades de camponeses. Acuados pela grilagem, violência e subserviência do Estado, esses pequenos lavradores foram sendo obrigados a vender suas terras a preços abaixo do mercado, ou mesmo, a fugir de eminentes massacres. Dessa forma, muitos deles, agora sem terra e perspectiva de sobrevivência, retomaram com mais força as práticas de apropriação dos bens naturais e de invasão das terras Timbira (BARATA, 1981). Os sulistas, chegando às campinas sul maranhenses e, não encontrando

---

<sup>4</sup>Pastos Bons, primeira povoação dos sertões maranhense, iniciada no final do Século XVII, através das bandeiras de Domingos Afonso Sertão, que estabeleceu fazendas no sul do Piauí, em nome da Casa da Torre de Garcia d'Ávila na Bahia (FLANKLIN e CARVALHO, 2000).

mais terras disponíveis, seguiam ocupando áreas dentro do território indígena, ocasionando conflitos diretos entre fazendeiros e índios. Nesse imenso território, que se estendia desde a margem direita do rio Tocantins até as serranias da Chapada, a colonização era vista como difícil e conflituosa, devido à quantidade de grupos indígenas estabelecidos no local, Gavião e os Krikati<sup>5</sup> (BARROS,1993).

A formação da cidade de Amarante materializou-se no viés da ocupação do território indígena, extermínio de “tribos” de famílias Timbira e encurralamento desses povos nos seus territórios, prejudicando sua reprodução sociocultural. O grupo Pukobyê sobreviveu às práticas de extermínio implantadas no sul do Maranhão, reorganizando-se territorialmente e promovendo alianças com alguns fazendeiros, como é encenado por eles em parte de um ritual de passagem, chamado Wý'ty, onde se fantasiam de fazendeiros brancos, com barbas e roupas de vaqueiros, apresentam um conflito com outros fazendeiros que os acusam de roubar gado, e são defendidos e protegidos com armas por outro personagem, um também fazendeiro aliado a aldeia indígena.

Conforme fonte obtida no site da ONG, CTI, (Centro de Trabalho indigenista:

A Terra Indígena Governador foi demarcada em 1977, no âmbito do Convênio FUNAI/RADAM, com 41.642 hectares, sendo desconsiderado nesse processo grande parte do território tradicional Gavião. O confinamento territorial se fez sentir com a crescente ocupação do entorno, dificultando o acesso às áreas de caça, pesca e coleta localizadas fora dos limites demarcados. Diante das condições adversas na garantia da sustentabilidade do território e dos seus meios de vida, os Gavião passaram a reivindicar desde 2003 a revisão de limites da Terra Indígena Governador – constando nas medidas compensatórias dos estudos etno ecológicos da UHE Estrito – e culminando com a publicação da Portaria nº 677 de 19.06.2008, constituindo Grupo Técnico para a realização dos estudos antropológicos necessários para a revisão de limites da TI.

O processo de demarcação e homologação se deu por meio dos interesses de pecuaristas e políticos neste período, extirpando cerca da metade do território deste grupo e deixando de fora, importantes áreas necessárias para reprodução física e cultural. A ampliação do território é reivindicação dos próprios indígenas, como garantia de sobrevivência das próximas gerações, pois a cidade de Amarante tem crescido exageradamente nos últimos anos, exercendo pressão em sua terra. Portanto, a redemarcação é uma necessidade para a sobrevivência cultural e correção histórica da “demarcação” equivocada.

---

<sup>5</sup>A nação Krikati está localizada ao sul do Maranhão, entre as cidades de Montes Altos e Sítio Novo.

Na atualidade, o grupo Pukobyê encontra-se dividido em seis aldeias: Governador; Riachinho; Aldeia Nova; Rubiácea; Monte Alegre e Água Viva, todas dentro do território indígena Governador, com aproximadamente 1.000 indígenas, constantemente coagidos por madeireiros, grileiros e pecuaristas. Neste contexto, enfrentam uma articulação de velhos coronéis e grandes pecuaristas, que utilizam da mídia regional e nacional para afirmar o velho discurso, “*muita terra pra pouco*”. Com o apoio da omissão da sociedade não indígena em relação aos direitos tradicionais silvícolas. : “*essa gente vagabunda*”, já dizia Varnhagen. Embora seja parte de um discurso do século XIX, esse pensamento parece persistir em percepções dirigidas aos indígenas. Um caso oportuno a este pensamento é o da matéria da revista jornalística *Veja*, publicada em 7 de dezembro de 2010, edição 2194 que fala, no caderno Cidades, sobre o caso da demarcação da terra indígena Governador (Amarante-MA), com a premissa, “*Muita terra para pouco índio*”. De forma explícita a matéria, dessa que é a revista mais vendida do país, incita a xenofobia indígena, fomentando na sociedade amarantina a ideia de que a ampliação da terra Governador é um equívoco, porque poucos são os indígenas para ocupação do seu território e apontando que a medida de ampliação surgiu do interesse dos não indígenas, no caso, do Estado.

A repercussão no período da publicação da *Veja* pode ser avaliada por meio de blogs locais, onde indivíduos contrários a ampliação da terra indígena, apresentavam intolerância étnica e faziam apologia à violência física, com o triste jargão: “*índio bom é índio morto*”. No período da publicação da matéria surgiu uma campanha promovida por fazendeiros da região que se, utilizaram de adesivos em suas caminhonetes, com a seguinte frase: “*Estão expulsando 37800 brasileiros de seus territórios*”.

Eis o direcionamento que o jornalista (ou o editorial) de *Veja* induz ao debate da ampliação da Terra Governador:

Amarante, de 37800 habitantes, abriga três tribos - os guajajaras, os cricatis e os gaviões. Entre 1970 e 2004, sucessivas demarcações fizeram com que 54% do território do município virasse reserva indígena. Agora, seus habitantes foram informados de que o plano da Funai é quintuplicar a área destinada aos gaviões, o que elevaria a porcentagem para 75,7%. Faltam apenas duas assinaturas - a do ministro da Justiça e a do presidente da República - para que cada um dos 577 gaviões passe a ter para si um pedaço de terra equivalente a 430 campos de futebol enfileirados - e também para que mais de 20 000 moradores não índios, pecuaristas em sua maioria, tenham de deixar suas terras. “Para onde irão essas pessoas? E os bois? Nossa economia vai quebrar”, diz a prefeita Adriana Kamada, do PV.

A matéria afirma ainda que “*no período colonial, os gaviões viviam na região onde hoje se localiza o Pará. De guerra em guerra, foram se espalhando e migrando de território. No século XIX, um grupo alcançou o Maranhão*”. Alguns contrapontos, referentes à citação: o município de Amarante é território indígena Timbira, o processo agropastoril no século XIX expulsou e dizimou a maioria das tribos indígenas. Entre eles, o grupo Gavião Parakáteye que, de acordo com o etnógrafo Curt Nimuendajú, emigrou desta região de Amarante para o norte, fugindo das possíveis tentativas dos fazendeiros de extinguirem este grupo, permanecendo os Pukobyê na luta por seus territórios (NIMUENDAJÚ, 1946; MELATTI, 1978; DA MATTA, 1976; LAVE, 1967; BARATA, 1981). Outro equívoco da *Veja*, “*abriga três tribos - os guajajaras, os cricatis e os gaviões*”. No território Governador, tem um povo indígena, Gavião-Pukobyê, e duas aldeias Guajajara, em acordo informal com os Pukobyê. Os Krikati-Crêhchteh estão localizados na cidade de Montes Altos-MA, na terra Krikati-Crêhchteh, divididos em quatro aldeias, São José, Raiz; Jerusalém e Monte São. Certamente, quando fizeram a pesquisa sobre a Terra Indígena evitaram perguntar à FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e resolveram partir para os fazendeiros. Além disso, as fontes que discutem a contextualização histórica da cidade não são citadas pela matéria, A grande preocupação da *Veja* busca provocar apenas reações antíndigenas no leitor, “Para onde irão essas pessoas”? “E os bois”?

A notícia ainda traz algumas falas de lideranças indígenas que afirmaram ser contra a demarcação. Redigida ironicamente, é possível observar com mais esse fragmento o tom de parcialidade em que a publicação se expressa:

**Se já parece absurdo dar tanta terra a tão poucos índios** - e ao custo de tamanho sacrifício de quem lá mora e produz -, que tal saber que os próprios gaviões são contra a idéia de ter sua reserva ampliada? “Não sabemos quem pensou isso”, diz o cacique Evandro Luiz, um jovem de 22 anos que substitui o antigo líder gavião José Brasil, morto há dois meses. “O pessoal da Funai veio até aqui e a gente está sem saber de nada. Isso foi uma idéia deles”, afirma o cacique. O índio Luciano Guará resume o pensamento da taba: “Não precisamos de tanta terra. Não nos serve para nada. Por lei, não podemos colocar grandes plantações na reserva”, diz. “Um posto de saúde aqui seria muito mais útil.” [Grifo nosso].

O CIMI (Conselho Indigenista Missionário) avaliou a fala dessas lideranças em Carta Resposta:

Não é verdade que o Povo Pukobyê-Gavião não saiba ou não queira a demarcação do seu território. As falas das lideranças indígenas precisam ser entendidas no

contexto de um Povo que está com medo, ameaçado incessantemente de ter suas aldeias invadidas e incendiadas como já aconteceu, Porque não recebe mais atendimento médico nos hospitais e que tem receio de transitar pela cidade de Amarante (CIMI, 2010).

É nítido o processo de esbulho das terras indígenas no sudoeste do Maranhão. Na memória dos idosos ressoam histórias de genocídios, perseguições e desentendimentos territoriais, contudo, uma revista de grande vendagem nacional, o que sugere credibilidade, que deveria apurar os fatos se propõem a contribuir, por assim dizendo, para a ampliação das animosidades. O comentário do leitor de um blog, que postou a matéria de *Veja* na íntegra, em letras garrafais, simboliza esse efeito: “*VAMOS FAZER COMO FIZERAM OS AMERICANOS, DEIXAR SÓ UNS 2 ÍNDIOS VIVOS PARA CONTAREM A HISTÓRIA.*”<sup>6</sup> A sugestão desumana e criminosa do comentário se posiciona aprovando as opiniões da reportagem.

Outra variante é a oralidade dos indígenas utilizada na fundamentação dos argumentos da *Veja*: “*que tal saber que os próprios gaviões são contra a idéia de ter sua reserva ampliada?*”. Neste caso, os próprios indígenas rebatem, afirmam não terem autorizado a utilização de suas “falas”. Uma liderança Gavião, membro da Associação Timbira Wyty Catë, aponta a real posição de seu povo sobre a demarcação: “*Nós vamos lutar por nossa terra, os kopem [não índios] estão dizendo que nós não queremos nossa terra, mas é mentira, nós queremos nossa terra, e agora eu vou brigar para que seja demarcada logo*”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate da ampliação da Terra Governador se dá pela necessidade de viabilizar os argumentos dos indígenas sobre ampliação do seu território tendo em vista que a prioridade dos meios de comunicação é o senso comum, é maximizar o discurso do “não indígena” como vítima histórica desta demarcação, “os expulsos de seus lugares de origem, em que estabeleceram suas famílias”. Enquanto para o indígena sobra o papel de “objeto usado pelo estado”, incapaz de autogestão, improdutivo e tutelado. Isso se dá através da formação do conhecimento da sociedade preconceituosa, que encontra a representação destas concepções em revistas de grande vendagem, a exemplo da *Veja*, que se apropria da função social, que

---

<sup>6</sup> <http://www.blogdodecio.com.br/2010/12/07/deu-na-veja-funai-quer-acabar-com-amarante/>. Acessado em: 08/03/2013.

tem os meios de comunicação, em suma, categoricamente, sempre apresentando um lado da História: do dominante. Nessa perspectiva, é evidente que o Pukobyê torna-se o “problema” do desenvolvimento da cidade de Amarante, o indivíduo que coloca em risco o “desraizamento” dos amarantinos à sua terra. Utiliza-se aí de conceitos socioeconômicos, estereótipos e preconceitos para justificar aos indígenas às mazelas sociais, obliquando o conflito agrário resultante da grande concentração de terras da região na mão de poucos fazendeiros.

Silva explicita qual a função social dos meios de comunicação:

Os textos publicados, sejam jornalísticos, sejam em revistas especializadas, nos livros didáticos, ou ainda no ambiente acadêmico, devem estar sintonizados com as demandas sociais. Caso contrário, permanecerão reproduzindo, perpetuando antigas desinformações, equívocos, estereótipos e preconceitos sobre os povos indígenas (SILVA, 2012: 03).

Tal como apresenta Silva, o artigo buscou analisar a distorção da representação do indígena nesse processo histórico. Mais uma vez encurralados pela voz dominante e direcionados ao caos cultural, todavia, “o índio o grande problema social”, em virtude deste necessitar do seu meio tradicional para sobrevivência, a terra. No entanto, reportagens com o teor ideológico da que *Veja* fez, afirmam que os indígenas passam por um processo de desaparecimento cultural, como se já tivessem se amalgamando com a sociedade brasileira, se urbanizando, e a terra não lhes é mais demanda real. A união e disseminação dessas idéias ajudam a corroborar no senso comum uma pretensa legitimidade para o velho jargão, “*muita terra para pouco índio*”, sentenciando a ampliação da Terra dos Pukobyê, como um disparate do estado, pois estes estão reduzidos a 577 indivíduos.

Em contradição a isto, de acordo com o senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE<sup>7</sup>, habitam mais de 1.000 indígenas na Terra Governador. Por conseguinte, a população indígena maranhense, ao longo do século XX vem crescendo e se articulando com os demais povos da região através de suas organizações étnicas. Requerendo aos órgãos públicos e sociedade civil autonomia da legitimidade como povos indígenas, exigindo, assim, seus direitos. O viés desta discussão guia-se no pensamento de Monteiro, os indígenas, legítimos atores históricos. Argumenta que o povo Gavião Pukobyê têm história e futuro e reivindica coletivamente seus direitos enquanto legítimos habitantes da terra em litígio. A

<sup>7</sup><http://www.ibge.gov.br/indigenas/index.htm>: Acessado em 10.03.2013.



ampliação tende ser vista também, como reivindicação dos territórios tradicionais da família Timbira. Os problemas agrários do sul do maranhão são advindos de conflitos outros, envolvendo poderosos fazendeiros e lavradores, vítimas de grilagens. A alta concentração de terras na mão de poucas famílias que criou os conflitos. Inserir as Terras Indígenas como geradoras do conflito nada mais é do que uma forma de escamotear as necessidades de uma reforma agrária profunda, que consiga reorganizar o espaço agrário.

## REFERÊNCIAS

BARATA, Maria Helena. *A antropologia entre facções políticas Indígenas: Um drama do contato interétnico*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1981.

BARROS, Edelvira. 1930- *Historia da Fundação de Imperatriz*. Academia imperatrizense de letras. Imperatriz: ética, 1993.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do Gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*; prefacio de Manoel Correia de Andrade. São Luís: Sioge 1992.

CARVALHO, Carlota. *O Sertão: subsídios para a história e geografia do Brasil*. Carlota Carvalho. 2 edição- Imperatriz- MA :ética , 2000.

Centro de Trabalho indigenista. *Os Gavião Pykobjê e as ameaças a seu Território: os madeireiros e a estrada*. [http://www.trabalhoindigenista.org.br/noticia.php?id\\_noticia=145](http://www.trabalhoindigenista.org.br/noticia.php?id_noticia=145) acessado em: 05/02/2013.

CIMI. “MUITA TERRA PARA POUCO ÍNDIO”: O VELHO DISCURSO CONTINUA!). Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/>; Acessado em 20/12/2010.

DA MATTA, Roberto. *O mundo dividido: A estrutura social dos índios Apinayé*. Vozes: Petrópolis, 1967.

DE CERTEAU. Michel. *A escrita da História*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FONSECA, Costa Karilene. *PATRIMÔNIO CULTURAL KRIKATI: RITUAIS E ORALIDADE DOS GUARDIÕES*. Artigo apresentado no 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual. Ouro Preto: Ed UFOP, 2011.(ISBN: 978-85-288-0275-7).

FRANKLIN, Adalberto e CARVALHO, João Renor F. de. *Francisco de Paula Ribeiro: Desbravador do sertão de Pastos Bons: A base geográfica e humana do sul do maranhão*; Adalberto Franklin e João Renor F. de Carvalho. Imperatriz - MA: ética, 2005.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro, tradução*.:Jacynto Lins Brandão. Belo Horizonte-MG: Editora da UFMG, 1999.

HOBBSAWAM, Eric. *Sobre a história*. São Paulo: Cia das letras, 1998.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

LAVE, Jean Carte. *Social taxonomy among the tikati (Jê) of Central Brazil*. Cambridge: tese de doutorado apresentada a Harvard University, 1967.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

MELATTI, Júlio César. *Ritos de uma tribo Timbira*. Ática: São Paulo, 1978.

MESSIAS, Renan Henrique Chaves. *Estratégias de resistência do povo indígenaanela: subsídios para outra história do sul maranhense*. Artigo apresentado no IX Encontro Estadual de História: História e Diversidade: Novas Narrativas, Sujeitos e Espaços", realizado de 23 a 27 de julho de 2012.

MONTEIRO, John Manoel. *O Desafio da História Indígena no Brasil in: Silva Aracy L. e GRUPIONI, L.D. Benzi (org.). A Temática Indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. 4 ed. – São Paulo: Global: Brasília: MEC: MARI: UNESCO, 2004.

\_\_\_\_\_. *Negros Da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. Ed. Companhia das Letras: São Paulo, 2000.

NIMUENDAJÚ, Curt Unkel. *The Eastern Timbira*. Berkley & Los Angeles, University of California press, 1946.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: Integração das populações no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Hely Edson. “SOMOS TODOS ÍNDIOS?!” *CRÍTICAS A UM DISCURSO EQUIVOCADO*. Site NetHistória. Brasília, jun. 2012. Sessão Ensaios. Disponível em: <<http://www.nethistoria.com.br/index.php?secao=ensaios.php&id=1035>>. Acesso em 10.03.2013.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. Companhia das Letras: São Paulo, 1987.

WÝTY: Um ritual do povo Gavião. [Documentário-Vídeo]. Amarante-MA. Produção: Núcleo Imperatrizense de Cinema Experimental- Nice e ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE INDÍGENA GAVIÃO DA ALDEIA RIACHINHO-AGICAR. Edição: MESSIAS, Renan Henrique Chaves; PETROS, Iuri. ANO 2008. 1 DVD-MPC, 01:11:26 min. color. Som